ORIGENS HISTÓRICAS DA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA

*Isaque de Góes Costa**

INTRODUÇÃO

O resgate histórico-religioso da Igreja Presbiteriana Unida - IPU - se reveste de especial importância por integrar o rol de estudos de um segmento do Protestantismo Brasileiro, que nasceu na Igreja Presbiteriana do Brasil - IPB, como consequência da tendência religiosa ecumênica, já presente no interior da IPB, caracterizada pelo diálogo com a teologia neo-ortodoxa, oposição ao fundamentalismo, leitura bíblica contextual, ecumenismo e uma maior inserção social da Igreja na cultura brasileira.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A narrativa proposta visa a compreender o presbiterianismo como fenômeno histórico e social para tanto, é proposto uma aproximação entre a História Cultural e as Ciências das religiões. Por meio das categorias: práticas e representações. Sendo as representações matizes de práticas e discursos que comandam atos e constroem o mundo social, tal qual explana Chartier

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...). As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.¹

ORIGENS DO PRESBITERIANISMO

As representações do presbiterianismo remetem-se ao sistema de governo e teologia proveniente da reforma liderada por João Calvino, que contribuiu para o florescimento da reforma tendo em Genebra o principal centro de formação. Como teólogo, sua publicação mais reconhecida são as *Institutas da Religião Cristã*, que, segundo Dreher:

Está dividida em seis capítulos que tratam da Lei, da Fé, da Oração, dos Sacramentos, dos 'Falsos Sacramentos' e da Liberdade Cristã. Reflete fortes influências de Lutero, Martim Bucer, Melanchthon e Zwinglio. Magistral na obra é que ela é fruto de estudos de um

* Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória - FUV na linha de pesquisa Religião e Esfera Pública.

¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

autodidata em Teologia e que apresenta uma teologia sistemática das principais redescobertas da teologia reformatória até aquela época. Traz fundamentação bíblica e reformatória até aquela época. Traz fundamentação bíblica e está escrita num latim erudito, mas compreensível para o leigo. A boa aceitação das Institutas motivou Calvino a continuar seus estudos teológicos e transferir-se para Estrasburgo.²

Após a reforma Suíça, um evento significativo no movimento protestante foi a Reforma Escocesa. Liderada por John Knox (1505-1572), responsável pelo estabelecimento do presbiterianismo, sistema de governo adotado pelo Parlamento da Escócia em 1560, cuja base teológica pautava-se nas ideias de Calvino. Esse presbiterianismo chega aos Estados Unidos e no século XIX torna-se parte do protestantismo missionário. Naquele contexto, Ashbel Green Simonton foi enviado pela Igreja Presbiteriana do Norte, em 1859 e funda na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil.

AS DUAS TENDÊNCIAS EM CONFLITO NA IPB

No presbiterianismo brasileiro desenvolveram-se algumas vertentes teológicas. O presente trabalho se ocupa apenas de duas: os conservadores e os ecumênicos, por estarem relacionadas ao surgimento da Federação de Igrejas Presbiterianas do Brasil (FENIP), que deu origem à Igreja Presbiteriana Unida (IPU). Como constata João Dias de Araújo, coexistiam duas tendências na IPB: uma denominacionista-sectária (nomeada aqui de conservadora ou fundamentalista) e outra ecumênica (ora chamada de progressista). Elas são fios condutores para a compreensão de um novo tipo de presbiterianismo, que “se voltou para o ecumenismo e as questões sociais brasileiras, produzindo novas práticas no interior da IPB, com o conseqüente cerceamento da tendência conservadora”.³

Nas pesquisas sobre protestantismo e Ditadura Militar, as tendências não são nomeadas de forma homogênea. Para Paegle, por exemplo, o conflito se dava entre uma linha politicamente conservadora, chamada “Boanergista”, e a que representava a Teologia da Libertação. Entretanto, essa perspectiva não faz jus à gênese da corrente ecumênica, “situada nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, presente nos discursos de Erasmo Braga, João Del Nero, Miguel Rizzo, e em periódicos e revistas como *Lucerna*, *Fé e Vida*, além de jornais eclesiais como *O Puritano*”.⁴

A Teologia da Libertação (TdL) se consolida de fato como teologia apenas nos anos 60. Por isso, considera-se inadequada essa categorização, ainda que a década de 60 seja considerada o período gestacional da referida tendência teológica entre os membros da linha progressista da IPB, como Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias, Josué Melo, entre outros.

A TENDÊNCIA ECUMÊNICA SE FEZ FENIP E DEPOIS IPU

O surgimento da FENIP/IPU foi consequência da reunião de lideranças religiosas e comunidades de tendência ecumênica da IPB, não de um processo cismático ou sectário nos anos 60, mas de grupos expurgados da igreja, que passaram a afirmar uma identidade presbiteriana já existente. Eles buscavam retomar a chamada democracia presbiteriana, que pensavam haver perdido em função do modelo administrativo instalado pelo Supremo Concílio anos 70. A tendência conservadora, chamada de “boanergista”, expressava o fundamentalismo desde anos 50, presente na literatura teológica conservadora de Princeton.

² DREHER, Martin N. *A crise e a renovação da igreja no período da reforma*. Coleção História da Igreja. São Leopoldo: Sinodal, 2004, v.3, p. 60.

³ ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982, p. 54.

⁴ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado) em História, UFSC, 2006, p. 7.

A IPB não espelhava o liberalismo protestante americano do século XIX, mas o que Elizete da Silva, chama de “afinidades eletivas entre conservadorismo protestante e a ditadura militar e produziram convergências ideológicas e cooperação efetiva das instâncias eclesiásticas com as autoridades e governos militares”⁵. Não foi por acaso a identificação feita pela ala conservadora entre ecumenistas e comunistas, que ela mesma afirma como um aspecto de justificativa dos expurgos.

Um outro aspecto a ser ressaltado foi a identificação de ecumenistas e comunistas. Tal confusão ideológico-eclesiástica serviu para justificar expurgos das comunidades e delações de irmãos vistos como ecumenistas aos órgãos repressivos do governo militar.⁶

A partir de 1964, o jornal Brasil Presbiteriano passou a dar espaço às autoridades militares, com declarações, datas cívicas e um apoio às iniciativas contra os comunistas.

Vilela registra um trecho do jornal Brasil Presbiteriano no qual o apoio aberto à ditadura militar conduziu a IPB a gestos solidários de celebrações e solenidades, e ultrapassou o período inicial da ascensão dos militares, e que inclusive celebrou os aniversários do golpe:

Avaliando todas as conquistas alcançadas pelo movimento revolucionário de 31 de março de 1964, o povo brasileiro festejou o 12º ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado. Igrejas presbiterianas em toda a extensão do território pátrio ofereceram preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e de desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes 12 últimos anos. O presidente Geisel foi objeto de orações para que Deus o preserve com sabedoria e prudência no comando da nação brasileira. (Jornal Brasil Presbiteriano, p. 01, 15 abr. 1976).⁷

A disputa entre representações impôs uma ênfase na IPB, que, segundo Vilela, se expressou, após o golpe militar, no afastamento de todo discurso de cunho social. A Igreja voltou-se apenas para a evangelização e a conversão. Logo, abafou-se toda a tendência ecumênica⁸.

CONCLUSÃO

Observou-se que a vertente ecumênica acompanhou a IPB desde o início do século XX. Considerando que a primeira igreja presbiteriana no Brasil foi fundada em 1862 e seu crescimento se deu de forma lenta e gradual, é possível afirmar que o ecumenismo, uma nova leitura teológica e a inserção social da igreja se constituíram em elementos formadores de representações e práticas no interior da IPB. Sob essa tese, a IPU pode ser considerada herdeira da tendência ecumênica e suas lideranças mesmo sob forte perseguição, exclusões e batalhas judiciais, abraçaram esse valores confessionais, expressos numa outra denominação presbiteriana no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DREHER, Martin N. *A crise e a renovação da igreja no período da reforma*. Coleção História da Igreja. São Leopoldo: Sinodal, 2004. v.3.

⁵ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (Org) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 49.

⁶ SILVA, 2009, p. 49.

⁷ VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014. 291f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 240.

⁸ VILELA, 2014, p. 99.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado), em História, UFSC, 2006.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (org.) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.31-51.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014, 291f. Tese(doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11870/TESE%20M%C3%A1rcio%20Ananias%20Ferreira%20Vilela.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de Março de 2017.